

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A institucionalização dos estudos étnicos-raciais na UFABC: formação crítica, feminismo negro e disputas curriculares

Luana Maria de Lima Oliveira, Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán, Regimeire Oliveira Maciel

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17704>

Submetido em: 2026-08-28

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NA UFABC: FORMAÇÃO CRÍTICA, FEMINISMO NEGRO E DISPUTAS CURRICULARES

YARLENIS ILEINIS MESTRE MALFRÁN

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1923-4811>

[<malfran.yarlenis@ufabc.edu.br>](mailto:malfran.yarlenis@ufabc.edu.br)

Universidade Federal do ABC. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

REGIMEIRE OLIVEIRA MACIEL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9209-4902>

[<regimeire.maciel@ufabc.edu.br>](mailto:regimeire.maciel@ufabc.edu.br)

Universidade Federal do ABC. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

LUANA MARIA DE LIMA OLIVEIRA

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6690-3551>

[<oliveira.luana@ufabc.edu.br>](mailto:oliveira.luana@ufabc.edu.br)

Universidade Federal do ABC. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: Este trabalho analisa a experiência da disciplina obrigatória “Estudos étnico-raciais” na Universidade Federal do ABC (UFABC), destacando-a como uma iniciativa ainda pouco comum no ensino superior brasileiro. Inserida na estrutura curricular dos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares, a disciplina expressa uma aposta institucional na formação crítica para o enfrentamento do racismo estrutural e na ampliação do debate sobre relações raciais para diferentes áreas do conhecimento. O estudo discute como a obrigatoriedade curricular contribui para qualificar a formação antirracista, possibilitando que estudantes estabeleçam interlocuções entre raça, classe, gênero, ciência e produção do conhecimento. Argumenta-se que a inserção da temática de forma transversal e obrigatória amplia seu alcance para além de espaços acadêmicos especializados, produzindo efeitos na formação ética, política e profissional do corpo discente. Nesse percurso, o feminismo negro é mobilizado como eixo teórico e metodológico para aprofundar as discussões desenvolvidas na disciplina.. Por fim, o trabalho discute a importância de políticas institucionais que ampliem a presença de docentes negros/as com formação específica em estudos étnico-raciais. Sustenta-se que a consolidação de currículos antirracistas requer não apenas a existência formal da disciplina, mas também condições institucionais que assegurem sua continuidade, especialização docente e diversidade racial no corpo universitário.

Palavras-chave: estudos étnico-raciais, educação antirracista, feminismo negro, ensino superior, universidade pública.

INSTITUTIONALIZING ETHNIC-RACIAL STUDIES AT UFABC: CRITICAL EDUCATION, BLACK FEMINISM, AND CURRICULAR DISPUTES

ABSTRACT: This paper analyzes the experience of the mandatory course “Ethnic-Racial Studies” at the Federal University of ABC (UFABC), Brazil, highlighting it as an initiative that remains uncommon in Brazilian higher education. Introduced into the curricula of UFABC’s interdisciplinary Bachelor’s and Licentiate programs, the course represents an institutional commitment to critical education and to confronting structural racism. The paper examines how making ethnic-racial studies a mandatory component of the curriculum contributes to strengthening anti-racist education, enabling students from different fields to establish connections between race, class, gender, science, and the production of knowledge. Methodologically, the analysis draws on the experience of the course and on theoretical contributions from Black feminism. The paper argues that the mandatory nature of the course expands discussions of race relations beyond specialized academic spaces and contributes to students’ ethical, political, and professional education. Finally, it discusses the importance of institutional policies aimed at increasing the presence of Black faculty members with specialized training in ethnic-racial studies. The paper concludes that consolidating anti-racist curricula requires not only formal curricular inclusion but also institutional conditions that ensure continuity, specialized teaching, and racial diversity within the university.

Keywords: ethnic-racial studies, anti-racist education, Black feminism, higher education, public university.

A TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NA UFABC

A UFABC é uma instituição de vinte anos que, há cerca de dez anos, definiu melhor o modo como desejava institucionalizar a chamada questão étnico-racial. As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ao incorporar as temáticas afro-brasileira, africana e indígena, responsabilizam as instituições de ensino superior pela formação de quadros que cumpram, no contexto da educação básica, o que elas expressam como obrigatoriedade¹. Estas normativas abrem brechas institucionais para que essas questões sejam repensadas. Na UFABC, um grupo de docentes começou, em 2014, um debate para uma maior incorporação da questão étnico-racial na universidade. Esse processo resultou diretamente, em um primeiro momento, na criação da disciplina Estudos Étnico-raciais, no Bacharelado em Ciências e Humanidades.²

¹ A Lei n. 10.639/2003, alterada pela Lei n. 11.645/2008, obriga as redes pública e privada de educação básica a incluírem o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e indígena nos seus currículos. O processo de regulamentação da lei, com a formatação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, recomenda que as instituições de ensino superior adotem as mesmas alterações exigidas pela Lei (CNE/CP Parecer 3/2004; CNE/CP Resolução 1/2004).

² Os professores que atuaram neste processo foram Paris Yeros e Muryatan Santana Barbosa, professores do curso de Relações Internacionais da UFABC. Em 2018, os dois relataram o processo em entrevistas utilizadas no artigo “A questão racial na Universidade Federal do ABC: um debate apoiado nos concursos docentes”, de uma das autoras deste texto. Referência completa do texto: MACIEL, Regimeire Oliveira. A questão racial na Universidade Federal do ABC: um debate apoiado nos concursos docentes. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1325-1350.

Um outro evento importante, resultado dessa primeira iniciativa, foi a realização de um concurso para quatro especialistas em relações étnico-raciais, em 2016. Este concurso garantiu quatro vagas para o Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS). A área do concurso era Relações Étnico-Raciais, mas foi estruturado em quatro subáreas que correspondiam a cada um dos bacharelados da área de humanidades: desigualdades de raça, gênero e renda, prevista para o Curso de Ciências Econômicas, relações étnico-raciais e políticas públicas, destinada ao Curso de Políticas Públicas, diáspora negra, direitos humanos e racismo, vaga para o Curso de Relações Internacionais e dinâmicas socioterritoriais e relações étnico-raciais, especificamente direcionada ao Curso de Planejamento Territorial³.

Nesse processo, vale destacar que o pano de fundo geral foram as políticas de ações afirmativas. A implantação das cotas raciais nas instituições de ensino superior ajudou a consolidar o entendimento de que as mudanças nesses espaços não são apenas demográficas, com o aumento de estudantes negros e negras, mas tem a ver também com alterações institucionais, curriculares e epistemológicas. Assim, a demanda por conteúdos curriculares que abordem a dinâmica étnico-racial no Brasil, bem como a necessidade de mais profissionais para lidarem com ela, coloca sobre essas instituições a urgência de discussão dos seus aspectos fundantes, posto que eles têm, historicamente, espelhado as desigualdades étnico-raciais existentes em diversas esferas da sociedade brasileira.

Em 2017, houve um terceiro acontecimento que contribui para a consolidação da questão étnico-racial na UFABC. Neste ano ocorreu a criação do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros (NEAB). O grupo, formado por docentes, técnicos/as administrativas e discentes, foi instituído como resultado do processo indicado acima. A implantação de conteúdos curriculares e a contratação de especialistas para esses conteúdos foram antecedentes importantes para que a questão étnico-racial adquirisse, na UFABC, outro formato de institucionalização: o estudo e a pesquisa. Em seu regimento, criado em 2017 e atualizado em 2020, o NEAB está descrito como “[...] uma unidade acadêmica interdisciplinar com atividades explicitamente vinculadas aos estudos africanos e afro-brasileiros e à educação para as relações étnico-raciais [...]”⁴.

Nessa construção institucional e acadêmica do NEAB é importante dar ênfase ao caráter formativo e político contido na sua dinâmica de atuação dentro da UFABC. É no âmbito do NEAB que se continua a discutir e a demandar medidas institucionais capazes de minimizar, internamente,

³ O concurso foi regido pelo Edital n. 145/2016.

⁴ O NEAB foi criado pela Portaria da Reitoria nº 262 de 07 de agosto de 2017.

os efeitos dos diferentes tipos de desigualdades étnico-raciais. Por exemplo, é este grupo que assume, ao ser instituído, a oferta da disciplina Estudos Étnico-raciais.

Nesse sentido, a formação do NEAB ajudou a consolidar a institucionalização do componente Estudos Étnico-raciais. E uma dimensão importante desse processo foi a revisão da ementa da disciplina em 2020, no contexto de revisão do projeto pedagógico do Bacharelado em Ciências e Humanidades. Nesta revisão, por exemplo, as referências bibliográficas foram revistas e ampliadas e foram inseridas diretamente referências que contemplassem as dinâmicas de raça e gênero. Foi também neste momento que alguns temas e preocupações apareceram entre os assuntos já descritos na ementa, como os debates sobre o movimento indígena e os desafios associados ao racismo no século XXI. Ainda no âmbito dos objetivos e assuntos indicados, há um destaque à ação do Estado enquanto agente das políticas públicas de ação afirmativa adotadas nas últimas décadas, especialmente no ensino superior.

A disciplina Estudos Étnico-raciais tem, nesse sentido, como ponto de partida um reconhecimento, que extrapola o mundo acadêmico, de que o ambiente educacional não somente negligencia a presença negra, mas também não indica disposição e responsabilidade com a experiência negra ao longo da história brasileira e na realidade social estabelecida.

A exemplo de outras iniciativas, pode-se dizer que a disciplina em questão integra um conjunto de interpelações de ordem teórico-epistemológicas que produzirão impactos no contexto da construção da educação para as relações étnico-raciais. E as instituições de ensino superior cumprem papel fundamental nesse objetivo, como já indicado. Nesse sentido, um dos mais importantes instrumentos para isso tem sido a sistematização de conteúdos no bojo de projetos de pesquisa e extensão, mas sobretudo no âmbito dos componentes das grades curriculares. Na UFABC, atualmente, a disciplina Estudos Étnico-raciais é obrigatória para o Bacharelado em Ciências e Humanidades, a Licenciatura em Ciências Humanas, para a Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas e para a Licenciatura em Matemática. Ela também é disciplina de opção limitada no Bacharelado em Ciência e Tecnologia.

O contexto da UFABC, no que tange ao tratamento da questão étnico-racial, foi se tornando mais receptivo ao longo dos anos, e a incorporação de disciplinas como Estudos Étnico-raciais em diferentes áreas tem sido um indício importante nesse sentido. Neste momento, um importante aspecto decorre dessa experiência e está relacionado à necessidade de analisarmos seus impactos do ponto de vista teórico-metodológico. Ao NEAB, resta o papel de mobilizador político-acadêmico

reivindicar e negociar as condições para que esses conteúdos sejam ofertados e ofertados com qualidade. Mas ainda é necessário investigar, mais profundamente, o que a existência desse tipo de conteúdo e o modo como ele tem sido ofertado representa no contexto do conjunto de reflexões e interpretações já consolidadas no âmbito do pensamento social negro e do pensamento feminista negro.

1. FEMINISMOS NEGROS E A PRODUÇÃO DE UMA LEITURA GENERIFICADA DA QUESTÃO RACIAL

A incorporação dos feminismos negros à disciplina de “Estudos Étnico-raciais” não corresponde apenas à ampliação do repertório bibliográfico mobilizado em sala de aula, mediante a inclusão de autoras e perspectivas historicamente marginalizadas dos cânones acadêmicos. Trata-se, sobretudo, de uma aposta epistemológica que desloca a própria forma de abordar conteúdos previstos na ementa, na medida em que as lentes feministas negras ampliam as possibilidades de interpretação e análise das relações étnico-raciais. Tal perspectiva oferece subsídios para que os processos históricos e sociais relacionados à questão racial sejam examinados a partir de outros contornos, especialmente no que diz respeito à sua dimensão generificada.

Em consonância com o argumento apresentado, esta seção parte de uma experiência concreta de sala de aula para evidenciar como a inserção dos feminismos negros contribui para adensar a análise das relações étnico-raciais. Para tanto, recorreremos à história da escravidão, um dos conteúdos iniciais da disciplina “Estudos Étnico-raciais”, para mostrar como essa perspectiva é mobilizada na abordagem do conteúdo. A escolha da escravidão como exemplo permite, ainda, explicitar a centralidade da categoria gênero no pensamento feminista negro e o modo como sua mobilização possibilita complexificar a compreensão das relações raciais, evidenciando as formas pelas quais raça e gênero se constituem mutuamente nos processos históricos e sociais.

Quando abordamos o tráfico transatlântico de pessoas africanas para o Brasil, privilegiamos perspectivas históricas capazes de evidenciar o quanto a escravidão brasileira foi resultado de uma trama de alianças, interesses e disputas que lhe conferiu sustentação política e institucional. Tâmis Parron (2009) denomina esse processo de “política da escravidão”: uma articulação entre diferentes setores, movidos por interesses econômicos, que fez convergir forças políticas em favor da manutenção do regime escravocrata. Nesse sentido, Santos (2022) destaca que essa articulação

ocorreu mesmo diante da intensificação das pressões britânicas pelo fim do tráfico transatlântico. Não por acaso, a expressão “lei para inglês ver” condensava as resistências mobilizadas pelo Brasil para retardar o fim da escravidão. Evidenciar esse processo em sala de aula é fundamental para compreender que a escravidão não se sustentou apenas pela exploração do trabalho, mas por uma ordem política e social ativamente produzida e preservada. Para aprofundar essa discussão, recorreremos ao episódio “A grande aposta”, do podcast *Projeto Querino*, apresentado pelo jornalista Tiago Rogero (Projeto Querino, 2022).

Entretanto, se a abordagem histórica produz determinadas respostas sobre as condições políticas e econômicas que sustentaram a escravidão, a compreensão de seus efeitos racializados e generificados exige outros instrumentos analíticos. É no espaço aberto por essa necessidade formativa que os feminismos negros são mobilizados para realizar essa mediação. Subscrevemos, assim, com Angela Davis (2016, p. 17), que compreender as experiências das mulheres negras escravizadas não constitui apenas um exercício de precisão histórica; trata-se de um caminho para compreender as agendas de luta contemporâneas das mulheres negras por emancipação. A partir dessa perspectiva, os feminismos negros permitem interrogar a experiência da escravização para além de suas dimensões econômica e política, evidenciando como as relações de raça e gênero moldaram formas específicas de dominação cujos efeitos permanecem inscritos no presente. É nessa chave que a disciplina mobiliza os feminismos negros para pensar, a partir das experiências das mulheres negras, as permanências e transformações das relações raciais no Brasil.

Ao analisar a experiência das mulheres negras escravizadas, Davis (2016) evidencia que sua condição não pode ser compreendida a partir dos padrões de feminilidade que se consolidaram no século XIX, marcados por ideais de fragilidade, domesticidade e proteção. Submetidas ao trabalho compulsório, à exploração de seus corpos e à violência sexual, as mulheres negras ocupavam uma posição que não apenas as diferenciava das mulheres brancas, mas também evidencia que eram peças fundamentais sem as quais o regime econômico escravista não poderia se sustentar. Vale lembrar que o princípio romano *partus sequitur ventrem* estabelecia a transmissão da condição de escravizado pela linha materna, fazendo com que os filhos das mulheres negras escravizadas nascessem também escravizados e constituíssem, desde o nascimento, uma força de trabalho destinada à reprodução da economia de *plantation* (Sousa, 2021, p. 168–171). Portanto, para o pensamento feminista negro, compreender a experiência das mulheres negras sob a escravidão exige tomar como ponto de partida seu papel como produtoras e reprodutoras da força de trabalho, o que permite reconhecer as formas

específicas de violência de gênero que as atingiam e estabelecer pontos de conexão com formas contemporâneas de subjugação das mulheres negras. A partir desse movimento, outros conceitos do pensamento feminista negro, como o de imagens de controle (Collins, 2019), auxiliam no aprofundamento dessa análise genealógica.

Vale a pena notar que a incorporação das análises feministas negras de Angela Davis, particularmente aquelas desenvolvidas em *Mulheres, Raça e Classe*, exige atenção às especificidades históricas, políticas e sociais que marcam as diferentes configurações do racismo nos Estados Unidos e na América Latina. Reconhecê-las é fundamental para evitar transposições mecânicas entre realidades distintas. Isso não significa, contudo, ignorar os processos históricos que articulam essas experiências no interior da diáspora negra. A constituição e a expansão do capitalismo estiveram profundamente imbricadas ao colonialismo, à escravização de populações africanas e à racialização das relações sociais e do trabalho, produzindo formas historicamente específicas de exploração e hierarquização.

É justamente essa dimensão compartilhada, ainda que marcada por diferentes configurações nacionais, que torna as análises de Davis particularmente fecundas para pensar o Brasil: elas permitem interrogar as articulações entre raça, gênero e classe a partir de uma experiência situada da diáspora negra, sem pressupor que essa experiência possa ser simplesmente transposta para a realidade brasileira. Complementamos essa análise recorrendo às reflexões de Lélia Gonzalez (2020), cujo pensamento pode ser situado no âmbito de um feminismo afrodiaspórico. Para essa intérprete do Brasil, é necessário interromper o silenciamento da questão racial nas sociedades latino-americanas. Em sua leitura, o racismo e o sexismo presentes na cultura brasileira estão profundamente articulados às relações sociais constituídas no período escravista, o que permite estabelecer nexos entre a “mulata do carnaval” e a mucama do Brasil colonial, ambas reificadas em posições marcadas pela prestação de serviços domésticos e sexuais.

Em consonância com essa perspectiva, um dos exercícios desenvolvidos na sequência, no âmbito da disciplina, parte do caso de Miguel, menino negro que, em plena pandemia de Covid-19, em 2020, morreu após cair do nono andar de um edifício enquanto estava sob os cuidados da patroa de sua mãe, uma mulher negra que trabalhava como empregada doméstica. O caso permite deslocar para o presente a discussão sobre as violências historicamente dirigidas às mulheres negras, interrogando como as relações entre raça, gênero e classe continuam a organizar a sociedade brasileira e as desigualdades que lhe são constitutivas. Discutido após a análise histórica das

experiências das mulheres negras escravizadas, o caso possibilita tensionar essa leitura generificada da questão racial a partir da realidade brasileira, colocando em questão quais vidas, trabalhos e formas de cuidado são socialmente valorizados, protegidos e reconhecidos.

A perspectiva feminista negra constitui, assim, um instrumento pedagógico para a construção de uma genealogia entre escravidão e relações raciais contemporâneas, não no sentido de estabelecer uma continuidade linear entre passado e presente, mas de investigar como relações sociais historicamente constituídas são transformadas, reatualizadas e ressignificadas em diferentes contextos. É justamente esse movimento, da escravidão à análise de seus legados contemporâneos, que orienta a sequência de aulas e sustenta a aposta da disciplina nos feminismos negros como uma perspectiva capaz de qualificar a análise das relações raciais no Brasil e no mundo atlântico.

A proposta aqui caracterizada consiste em mobilizar produções feministas negras como ferramentas para reformular as perguntas a partir das quais a própria questão racial é ensinada. Desse modo, o corpo, o trabalho, a sexualidade, a maternidade e a reprodução deixam de aparecer como dimensões secundárias das relações raciais e passam a integrar a análise de suas formas de constituição e reprodução. Ao estabelecer conexões entre processos históricos e formas contemporâneas de produção das desigualdades, essa abordagem amplia as possibilidades de análise para além de uma leitura centrada exclusivamente na experiência da escravidão ou nas manifestações contemporâneas do racismo. Mais do que acrescentar novos conteúdos à disciplina, os feminismos negros produzem perguntas que tornam visíveis as articulações entre raça, gênero, classe, trabalho e reprodução na formação social brasileira.

Esta experiência de ensino permite, portanto, sustentar que uma formação antirracista não se resume à inclusão de conteúdos sobre a história da população negra ou à denúncia das desigualdades raciais contemporâneas. Ela envolve também uma disputa em torno das formas de produzir, selecionar e organizar o conhecimento sobre raça. É nesse sentido que a presença dos feminismos negros na disciplina pode ser compreendida como uma contribuição para uma formação antirracista: não simplesmente porque incorpora novas autoras ao currículo, mas porque tensiona os limites de determinadas leituras e amplia as possibilidades de analisar as relações raciais em sua articulação com gênero, trabalho, reprodução, classe e estruturas de poder como um todo. Ao tensionar fronteiras disciplinares, o componente de Estudos Étnico-raciais também interpela o próprio currículo, evidenciando que uma formação antirracista envolve não apenas a inclusão de determinados conteúdos, mas a revisão dos modos pelos quais os saberes são selecionados, articulados e

legitimados.

2. INTERDISCIPLINARIDADE, CURRÍCULO E FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NA UFABC

Como abordado na primeira parte do artigo, a interdisciplinaridade constitui uma dimensão importante do projeto formativo da Universidade Federal do ABC (UFABC) desde a sua criação. Presente no projeto pedagógico da instituição e na organização dos diferentes cursos, está relacionada à proposta de uma formação que ultrapassa a divisão rígida entre áreas. Essa característica abre uma possibilidade importante para a incorporação da questão étnico-racial ao currículo, uma vez que permite que ela seja trabalhada em diálogo com diferentes campos e formas de produção do conhecimento.

A partir dessa perspectiva, interessa compreender como essa aposta na interdisciplinaridade se concretiza na disciplina de Estudos Étnico-raciais e o que ela permite observar sobre as possibilidades de uma formação antirracista na universidade. Para isso, foram analisados diferentes planos de ensino de ofertas da disciplina ministradas por docentes vinculados ao Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB/UFABC), em diferentes cursos e períodos. Foram consideradas ofertas no Bacharelado em Ciências e Humanidades (BCH), na Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas e na Licenciatura em Educação do Campo (LEC).

A análise dos documentos não pretende avaliar a experiência do corpo discente ou os resultados efetivos das disciplinas, tampouco se limita a uma mera descrição. O objetivo é identificar como os planos organizam conteúdos, referências, metodologias e atividades e, a partir desses elementos, discutir as possibilidades formativas presentes nas propostas. A comparação também permite observar que a interdisciplinaridade não assume uma única forma. Ela pode ocorrer pela articulação entre diferentes áreas do conhecimento, pela problematização da própria produção científica ou pela aproximação entre universidade, territórios e outros saberes, como será apresentado adiante.

A oferta mais antiga analisada corresponde ao ano de 2016, no Bacharelado em Ciências e Humanidades (BCH), ministrada pelo professor Acácio Almeida. O componente apresentou como objetivo oferecer ao corpo discente uma síntese do conhecimento produzido nos estudos étnico-raciais, em diálogo com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que estabelecem a

obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na educação brasileira. O programa parte das relações Brasil-África, das desigualdades raciais e das políticas de ação afirmativa, passa pela escravidão e pelo racismo científico, discute branqueamento e genocídio, movimentos e ativismos negros e Pan-Africanismo e articula as relações étnico-raciais às questões de gênero, educação, saúde e territorialidade negra e indígena.

A interdisciplinaridade aparece, nesse caso, na relação estabelecida entre a questão racial e diferentes campos das Ciências Humanas. As relações Brasil-África aproximam os Estudos Étnico-raciais das Relações Internacionais; a discussão sobre desigualdades raciais e ações afirmativas estabelece diálogo com as políticas públicas; o racismo científico aproxima a questão racial da história da ciência; os debates sobre gênero incorporam contribuições dos estudos feministas e do feminismo negro; a discussão sobre saúde introduz as desigualdades raciais no campo da saúde pública; e a territorialidade negra e indígena aproxima o debate da geografia e dos estudos territoriais.

O percurso bibliográfico reforça essa amplitude. O programa mobiliza autores e autoras como Nilma Lino Gomes, Antonio Sérgio Guimarães, Lília Schwarcz, Abdias Nascimento, Flávia Rios, Muryatan Barbosa, Frantz Fanon, Gersem Baniwa, Luís Eduardo Batista, Jurema Werneck, Renato Emerson dos Santos e Lourdes Carril, entre outros. A questão racial, portanto, não aparece como objeto restrito a uma área específica das Ciências Humanas, mas em relação a diferentes dimensões da vida social.

Uma segunda oferta, também vinculada ao BCH, foi ministrada pelo professor Paulo Sérgio da Costa Neves, no terceiro quadrimestre de 2023. O plano organiza o componente em três grandes blocos: teorias sociológicas clássicas e relações raciais; racismo e antirracismo; e relações raciais e políticas públicas. A proposta também explicita a relação da disciplina com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e traz, na bibliografia, autores essenciais aos debates raciais no Brasil, como Oracy Nogueira, Clóvis Moura, Thomas Skidmore, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, alguns deles também presentes no plano do professor Acácio Almeida. Além disso, o plano desenvolvido pelo professor Paulo destaca que a disciplina dará atenção especial à história e à cultura afro-brasileira e indígena, à análise e à discussão das políticas afirmativas protagonizadas pelo Estado brasileiro, seus resultados, limitações e impactos sobre a população negra brasileira.

Embora apresente uma organização diferente da oferta do prof. Acácio, o plano do docente também situa a questão racial em relação a problemas mais amplos da sociedade como citados

acima. A comparação entre as duas ofertas do BCH mostra que a interdisciplinaridade não depende de uma estrutura única ou de um conjunto fixo de conteúdos. Ela pode ser construída a partir de diferentes escolhas docentes, mantendo a questão racial em diálogo com outros campos de conhecimento.

Já a oferta da disciplina na Licenciatura em Educação do Campo (LEC), ministrada no segundo quadrimestre de 2025, apresenta uma configuração distinta, uma vez que foi realizada nos territórios quilombolas, caiçaras e indígenas, fora do espaço tradicional das salas de aula dos campi de São Bernardo do Campo e Santo André. O plano registra como docentes Regimeire Oliveira Maciel e Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán.

Nesse curso, a interdisciplinaridade está relacionada à própria concepção pedagógica da Educação do Campo. O documento afirma que o curso contempla a diversidade social, cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia e é construído com o protagonismo das pessoas e de seus contextos de vida. Também estabelece que saberes tradicionais, acadêmicos e populares fazem parte do processo educativo e que os conhecimentos produzidos na Educação do Campo devem estar vinculados à realidade das comunidades. A proposta é organizada pela pedagogia da alternância e por diferentes tempos e espaços pedagógicos. O plano distingue o Tempo Comunitário Teórico, o Tempo Comunitário Prático, o Tempo Universidade e o Tempo de Interação Comunitária. No primeiro, predominam aulas expositivas dialogadas, leituras, exercícios coletivos, escuta e cruzamento de saberes e análise de vídeos. No segundo, ganham centralidade pesquisas, exploração do espaço, estudos de meio, diálogos com membros das comunidades e visitas.

O Tempo de Interação Comunitária aprofunda essa proposta. O corpo discente é organizado em grupos e desenvolve atividades em quatro comunidades tradicionais, sendo duas quilombolas, uma indígena e uma caiçara. O trabalho envolve sensibilização, visita e sistematização, além de leitura, pesquisa, intervenções e atividades artísticas e culturais. O documento afirma que esses tempos e espaços são atravessados por uma formação que integra território e conhecimento.

No que se refere à ementa, ela articula raça, etnia, racismo, preconceito, discriminação, diferença, desigualdade, identidade, branquitude e território. Também aborda a luta social, a construção identitária, a diversidade e a questão étnico-racial no contexto educacional, além das formas de enfrentamento às discriminações de raça, gênero, etnia e território. As atividades são divididas em dois blocos: no primeiro bloco, conduzido pela professora Regimeire, são trabalhados conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito, discriminação, desigualdade, identidade, branquitude e

território. Na sequência, as duas docentes participam das atividades de interação comunitária nas quatro comunidades tradicionais. A atividade partiu do documentário *Povos, Territórios, identidade e tradição*, seguido de discussão sobre os marcadores das identidades de povos caiçaras, indígenas e quilombolas e de uma etapa de sistematização sobre o direito à terra e ao território e os efeitos das violências, ocupações e processos de discriminação na sobrevivência desses povos.

No bloco conduzido pela professora Yarlenis, a disciplina aborda o mito da democracia racial, a questão da mulher negra, estereótipos e imagens de controle racistas, mobilizando textos, vídeos e cards produzidos pela docente e estabelecendo diálogo com Lélia Gonzalez. A professora Regimeire conduz a discussão sobre diversidade e questões étnico-raciais no contexto educacional, mobilizando o trabalho de Gersem Baniwa sobre povos indígenas e educação e textos de Nilma Lino Gomes. A etapa final, desenvolvida conjuntamente pelas docentes, trabalha situações de discriminação de raça e etnia e propõe que as estudantes reflitam sobre suas próprias formas de posicionamento diante dessas situações. A avaliação individual consiste em uma produção textual sobre instrumentos de combate a processos de discriminação relacionados à raça, etnia, território, classe, entre outros elementos.

No caso da LEC, a interdisciplinaridade não se limita à relação entre áreas acadêmicas e o território passa a fazer parte da experiência de aprendizagem. Povos indígenas, quilombolas e caiçaras não aparecem apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos vinculados aos territórios e aos saberes mobilizados no processo formativo. Por fim, a oferta de 2026, na Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas, foi ministrada também pela professora Yarlenis, docente vinculada ao Bacharelado em Relações Internacionais. O plano estabelece como objetivos analisar criticamente a formação étnico-racial da sociedade brasileira e examinar as contribuições de diferentes disciplinas, autorias das Ciências Humanas e movimentos sociais para a compreensão das relações raciais e dos mecanismos que sustentam o racismo e outras desigualdades estruturais.

A interdisciplinaridade aparece explicitamente como parte do objetivo pedagógico e também na metodologia, que combina momentos expositivos com leitura e discussão coletiva de textos, vídeos, imagens, podcasts e outros materiais. O cronograma começa pela formação do mundo atlântico e pelos fundamentos escravocratas da sociedade brasileira, articulando esse debate às relações entre gênero e escravidão. Em seguida, estabelece conexões entre a história da escravidão e o racismo obstétrico, aproximando raça, gênero, reprodução e saúde. A discussão sobre a produção da raça aproxima os Estudos Étnico-raciais da história da ciência. O racismo científico é abordado a

partir da antropologia criminal de Cesare Lombroso e da eugenia, enquanto os debates sobre democracia racial, racismo e sexismo e branquitude mobilizam contribuições da sociologia, da psicologia e dos estudos feministas.

O terceiro bloco trata das lutas dos movimentos negros e indígenas contra o racismo, o etnocídio e o epistemicídio. A discussão sobre cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas desloca o debate para a própria universidade, questionando quais conhecimentos, autores e perspectivas são reconhecidos como legítimos no processo de formação. Ou seja, a interdisciplinaridade existente na oferta da docente não se restringe à aproximação entre diferentes áreas, mas também permite problematizar as formas de produção, reconhecimento e transmissão do conhecimento científico.

Consideradas em conjunto, as ofertas analisadas permitem identificar diferentes formas de concretização da interdisciplinaridade nos Estudos Étnico-raciais da UFABC. No BCH, especialmente nas ofertas dos professores Acácio Almeida e Paulo Neves, ela aparece principalmente na articulação da questão racial com diferentes áreas, como história, sociologia, relações internacionais, políticas públicas, gênero, educação, saúde e território. Na oferta da professora Yarlenis Malfrán na Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas, a discussão alcança também a própria produção científica, com temas como racismo científico, epistemicídio, cotas epistêmicas, descolonização, estudos de gênero, e feminismo negro. Já na Licenciatura em Educação do Campo (LEC), criada em 2024 e ainda uma experiência recente na UFABC, essa interdisciplinaridade ganha outra dimensão, ao aproximar universidade, comunidades, território e diferentes formas de saber.

Essas diferenças mostram que a interdisciplinaridade não se resume à presença de conteúdos provenientes de várias disciplinas. Ela envolve também as pessoas que participam do processo formativo, os espaços em que a aprendizagem acontece e os conhecimentos considerados legítimos nesse espaço. Essa dimensão aparece de maneiras distintas nos planos analisados, mas ganha especial importância quando a questão racial é relacionada à produção científica e quando o corpo discente entra em contato com territórios e comunidades tradicionais.

Assim, percebe-se o ponto em que a interdisciplinaridade pode abrir espaço para uma formação antirracista. Não apenas porque permite incorporar conteúdos sobre a população negra e os povos indígenas, mas também por deslocar a forma como esses sujeitos, seus territórios e seus conhecimentos são apresentados e reconhecidos no currículo na universidade. A questão racial passa a ser discutida em relação às desigualdades sociais, às relações de poder, à produção científica, às políticas públicas, à educação, à saúde, ao gênero e ao território.

Vale ressaltar que os planos analisados não permitem afirmar quais são os efeitos dessas propostas sobre a formação do corpo discente. Permitem, contudo, identificar possibilidades de construção de uma formação antirracista a partir do currículo, dos conteúdos, das metodologias e das formas de produção do conhecimento mobilizadas pelas disciplinas, sobretudo a partir do engajamento dos docentes responsáveis pela elaboração dos planos de ensino. A análise das diferentes ofertas sugere que a interdisciplinaridade pode contribuir para deslocar a questão étnico-racial de uma abordagem temática restrita para uma perspectiva mais transversal da formação do corpo discente da UFABC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ciências Humanas e, dentro delas, o acúmulo de debates sobre relações raciais, são uma espécie de antídoto no cenário econômico e político mundial com que nos deparamos hoje, em que a ordem vigente continua sendo a de um capitalismo canibal, para falar nos termos de Nancy Fraser (2024). Da destruição material dos corpos, através do genocídio de jovens negros e populações indígenas, até a destruição do meio ambiente, o capitalismo devora as condições materiais e sociais que sustentam a vida e, de modo especial, as vidas negras, indígenas, imigrantes e racializadas. É precisamente como uma forma de antídoto a essa lógica de um capitalismo assentado no racismo que o ensino de Estudos Étnico-raciais se torna uma tarefa incontornável. Trata-se de ensinar a ler o social, a reconhecer as relações de poder que o constituem e a pensar e agir eticamente na construção de uma sociedade antirracista.

Como esperamos ter mostrado neste texto, o ensino de Estudos Étnico-raciais nos Bacharelados e Licenciaturas da UFABC faz parte de um processo mais amplo de institucionalização da questão racial na universidade. Mais do que a criação de uma disciplina obrigatória, essa experiência diz respeito a uma disputa sobre o lugar das relações étnico-raciais na formação universitária e sobre quais perspectivas fazem parte do currículo. Essa disputa também se expressa nas condições para que a disciplina seja ofertada, nas escolhas feitas em cada plano de ensino e nos conhecimentos que são reconhecidos e legitimados dentro da universidade.

Outro ponto de destaque é que a experiência da UFABC não pode ser tratada como um processo já consolidado. A existência de uma disciplina obrigatória representa um avanço importante, especialmente porque esse tipo de componente ainda não é uma realidade comum nas

universidades brasileiras. Mas a criação da disciplina, por si só, não garante a permanência dessa agenda na universidade. Existem desafios relacionados à continuidade da oferta, à valorização da área, à presença de docentes com formação específica e à própria diversidade racial do corpo docente. Também é preciso considerar a existência de espaços acadêmicos que permitam que a discussão sobre relações étnico-raciais continue para além de uma disciplina específica, daí a importância do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB).

Ainda assim, os Estudos Étnico-raciais reúnem um conjunto de ferramentas para repensar o político, o social e a economia e propor rearranjos à ordem vigente, marcada pela alienação de multidões. Afinal, não há como compreender ou transformar essa ordem sem enfrentar o racismo que a constitui e sustenta. Ensinar Estudos Étnico-raciais implica apostar na democratização do conhecimento e da universidade, ampliando os sujeitos, as perspectivas e os saberes que nela podem produzir e disputar sentidos sobre o mundo. Implica, ainda, fortalecer as Ciências Humanas como espaço de elaboração de conhecimentos capazes de interrogar as relações de poder que sustentam a ordem vigente e de imaginar outras formas de organizar a vida social. Isso significa, para nós, mais democracia e uma universidade comprometida com a construção de uma sociedade antirracista. É essa, em última instância, a tarefa que o ensino de Estudos Étnico-raciais nos coloca.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GARCIA, Gisseila Andrea Ferreira; SILVA, Edna Alves Pereira da. Epistemicídio acadêmico, relações de gênero e interseccionalidade: desafio para um currículo decolonial, inclusivo e plural. *Revista Exitus*, Santarém, v. 15, e025028, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2796>. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602025000100207&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 jun. 2026.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MACIEL, Regimeire Oliveira. A questão racial na Universidade Federal do ABC: um debate apoiado nos concursos docentes. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 10, n. 3, p. 1325–1350, set./dez. 2020.

PROJETO QUERINO. A grande aposta. Locução: Tiago Rogero. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 6 ago. 2022. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0FoqShWVJM&t=281s>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SOUSA, Caroline Passarini. As primeiras experiências de ventre livre no mundo atlântico: norte dos Estados Unidos e América Latina (1780–1842). In: MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 167–188.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Concursos docentes*. Santo André: UFABC, [s. d.]. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/concursos/docentes/>. Acesso em: 5 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Plano de ensino da disciplina Estudos Étnico-raciais*. Bacharelado em Ciências e Humanidades. Docente: Acácio Almeida. Santo André: UFABC, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Plano de ensino da disciplina Estudos Étnico-raciais*. Bacharelado em Ciências e Humanidades. Docente: Paulo Sérgio da Costa Neves. Santo André: UFABC, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Plano de ensino da disciplina Estudos Étnico-raciais*. Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais, turma Povos e Comunidades Tradicionais. Docentes: Regimeire Oliveira Maciel; Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán. Santo André: UFABC, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Plano de ensino da disciplina Estudos Étnico-raciais*. Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas. Docente: Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán. Santo André: UFABC, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS: Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán, Regimeire Oliveira Maciel e Luana Maria de Lima Oliveira: Conceituação; Metodologia; Investigação; Análise formal; Escrita – rascunho original; Escrita – revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DAS AUTORAS DO PAPER

Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán: Professora do Bacharelado em Relações Internacionais da UFABC e Coordenadora Adjunta do NEG – Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia. Integra o NEAB – Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

Regimeire Oliveira Maciel: Professora no Bacharelado em Políticas Públicas e na Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. Integra o NEG, o NEAB – Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, e coordena o FIRMINA – Grupo de Estudos sobre Raça e Gênero.

Luana Maria de Lima Oliveira: Doutoranda e mestre em Economia Política Mundial pela UFABC. Integra o NEAB – Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e o FIRMINA – Grupo de Estudos sobre Raça e Gênero

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

DECLARAÇÃO SOBRE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A autora Luana Oliveira declara ter utilizado a ferramenta NotebookLM como recurso de apoio à análise temática dos planos examinados na pesquisa, bem como para revisão textual e adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A utilização da ferramenta não substituiu a análise, interpretação e tomada de decisões da autora, que permanece integralmente responsável pelo conteúdo, argumentos e resultados apresentados neste manuscrito.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.